

promontoria

Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 9 - N.º 9
2011

Editor

Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve
Centro de Estudos de Património
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Faro
promontoria@ualg.pt

Comissão Editorial

António Paulo Oliveira
João Pedro Bernardes
Renata Malcher de Araujo

Conselho Científico

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)
Mária Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

IMPRESSÃO

Gráfica Comercial – Loulé
geral@graficacomercial.com
www.graficacomercial.com

TIRAGEM

300 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

Reis de Társis, viajantes gregos e o ideal monumental de Cidade entre os Autores portugueses modernos♦

Manuel F.S. Patrocínio
Universidade de Évora
Departamento de História
Centro de História da Arte e Investigação Artística

Em períodos pré – científicos do conhecimento historiográfico, a perspetivação do passado apoiava-se em dois modos críticos, fosse na atenção conferida às fontes greco-latinas, base de erudição que se configurou na grande fase cultural de tradição humanística de sécs. XVI-XVIII, fosse na atenção dirigida aos vestígios materiais, a que esteve subjacente o sentido de *monumento* e de *monumentalidade*. Emergia em resultado e enquanto apreciação do passado, a apresentação de ideias e descrições que traziam consigo modelos figurativos, próximos, na verdade, ao exercício imaginativo, comportando as definições eminentemente visuais que se transformavam rapidamente em estereótipo e em *imagem do Antigo*, ainda que buscando o seu fundamento no vestígios materiais. Do passado antigo, recolhiam-se modelos, de base literária que, para todo o decurso da influência humanista entre os autores portugueses, se cruzavam com o sentido de *moderno*, tal como se veio a estabelecer com os pressupostos da cultura do Renascimento.

Era inevitável, como aspecto cultural, a comparação entre o presente e o Antigo, a que remontavam os elementos materiais a que se atribuía valor de *monumento*. O passado entrava como traço indispensável nos argumentos usados para exaltar os lugares, particularmente a *Cidade*. Valorizando-se os vestígios em relação com descrições literárias clássicas, testemunho e manifestação de acontecimentos fundamentais, era certo que o próprio conceito de *monumento* possuía origem antiga, do termo *monumentum*, significando, conforme a sempre referenciada indicação de Françoise Choay, o «*que interpela a memória*» e se aplica a toda a realização, que se edifica ou se executa, com o propósito de perpetuar um feito, nome ou valores, na necessidade cultural de se apresentar a *memória*, materializada¹.

♦ Versão da comunicação: «A monumentalidade antiga e o ideal de dignificação da cidade em Autores portugueses dos sécs. XVI-XVIII», apresentada ao VI Congresso Internacional de Estudos Clássicos da APEC (Universidade Nova de Lisboa, 20/10/2006), no âmbito do PROJECTO POCTI/HEC/56279/2004: *The books and libraries in the bibliographic heritage of D. Manuel do Cenáculo (1724-1814)*; task 1. Para outros resultados no âmbito do mesmo Projecto, cf: PATROCÍNIO 2009; PATROCÍNIO 2006.

É nesta via que se compõe igualmente o ideal de *Cidade* como expressão elevada da experiência humana; o *monumento* é não menos entendido como *documento*, em obras que realçavam a herança histórica pelas suas «*dignas memórias*» de que se elaboravam primeiras inventariações. Perspectivava-se, assim, ao longo das obras eruditas, na antiguidade da ocupação histórica do território português e no que subsistia como seu testemunho e sinal, a corroboração de uma determinada concepção do *ideal de cidade*, considerada como *monumento* que testemunhava a grandiosidade do Homem, da Sociedade e da História. Caso de autores que seguiam a senda de André de Resende ou Frei Bernardo de Brito, como seriam: Francisco de Holanda, Frei Nicolau de Oliveira ou Luís Marinho de Azevedo, respectivamente nos sécs. XVI e XVII, sendo o último um dos eminentes engenheiros da Restauração, que prosseguem o esforço de registar anotações tendentes à conservação da *monumentalidade* enquanto *memória*.

E, da Antiguidade, o que havia restado, eram *ruínas*, distribuídas entre: *templa, imagines, statuae, arae*. Tais termos haviam sido usados, na verdade, já pelo Bispo S. Martinho de Dume ainda no Séc. VI, aplicando-se então depreciativamente no seu encómio *De Re Rusticorum*, em que tentava apelar à cristianização das populações castrejo-romanas do Noroeste peninsular. A intervenção cristã levava a que essas mesmas estruturas e realizações tivessem sido propositadamente derrubadas, pois vingava o entendimento que as mesmas representavam atitudes da indesejável devoção idólatra.² Numa inversão de atribuição de valor e já numa outra contemplação poética, bem como bem mais idealista do passado, tais *templa, imagines, statuae, arae* corresponderam, afinal, ao que, no Renascimento, se tentou recuperar da Antiguidade. Mil anos volvidos, precisamente essa categoria de vestígios voltava ao pretexto das dissertações e da argumentação, ainda que não menos como motivo de especulações ou hipóteses que viessem corroborar os textos antigos³.

¹ «On appellera monument tout artefact édifié par une communauté d'individus pour se remémorer ou faire remémorer à d'autres générations des personnes, des événements, des sacrifices, des rites ou des croyances. La spécificité du monument tient alors précisément à son mode d'action sur la mémoire. Non seulement il la travaille et la mobilise par la médiation de l'affectivité, de façon à rappeler le passé en le faisant vibrer à la manière du présent» (CHOAY 1992: 14-15).

² Realça-se, aqui, para o mundo mediterrâneo, a referência aos *Éditos de Teodósio I*, promulgados entre 391 e 392 (e compilados no *Codex Theodosianus*), a que se seguiriam, ao longo dos Sécs. V e VI, os éditos e leis dos seus sucessores (de Arcádio a Teodósio II, até Justiniano) que proibiam sacrifícios, públicos e privados, e rituais como a queima do incenso ou a edificação de altares de turfa. Cf. K. W. HARL, «Sacrifice and pagan belief in fifth- and sixth-century Byzantium», in *Past and Present*, Vol. 128 (Oxford, 1990): p. 7. Porém, durante a Apostasia de Juliano (360-363), voltar-se-iam a reabrir templos e a expor-se imagens dos deuses, sendo que o culto das estátuas era, não menos, entendida como um «sacrifício» (cf. HARL id., ibid.).

³ Caso especial cabe aos primeiros estudos e catalogações de colecções numismáticas, que proporcionaram textos críticos. Arte e fama granjearam os trabalhos de Enea Vico, entre os quais *Discorsi sopra le medaglie de gli antichi* [1555], de grande difusão, e que recorria ao confronto com

Francisco de Holanda evocava-os, sob o epíteto de *lembranças*, no escrito *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, ao falar da necessidade de dotar o Reino de programas edificatórios condizentes com a majestade do Império. Insistia a que se *olhassem* os vestígios da Antiguidade e se retivesse o exemplo da magnífica engenharia dos Romanos, estando, entretanto, tudo «*descomposto*» e «*desornado*»⁴. Aqui se exaltava *Olisipo* que, afortunadamente, fizera parte do rol de referências dos Autores clássicos; tinha velha fundação, e, também pelos «*Antigos*», fora monumentalizada, conforme achados «*notáveis*»: «*pedras*» e «*inscrições*»; ou por fim, estátuas (englobando-se aqui *statuae*, como *imagines*). Enaltecia-se *Olisipo* enquanto *cidade*, ao modo das antigas apologias, pois da «*grandeza de Olisipo*», já teriam falado eminentes escritores, os «*de Hespanha*; [como] *fora dela*». Quanto aos seus testemunhos, haveria a conservá-los, afirmando-se, já no séc. XVII, que «*(como muitas vezes sucede) se averiguam com semelhantes documentos, [há] coisas que se não acham nos livros; nem as repete a tradição*»⁵.

Olisipo seria mais velha que a própria Roma, de que as «verdadeiras» origens remontavam à passagem das figuras bíblicas e do afamado herói grego, *Odisseu* (aqui porém mais correntemente invocado sob o seu nome romanizado de *Ulisses*). A menção a períodos anteriores ao domínio romano, ainda que frequentemente caracterizada pelo seu carácter mitográfico, não era menos merecedor do sentido de *auctoritas*. Desde logo, era certo que se apresentava a «*idolatria*» como manifestação própria de «*tempos de Noé*», cujos descendentes, que haviam povoado o Ocidente, tinham-se transviado da fé monoteísta e contribuído para o paganismo, comprovando-o determinadas obras figuradas que não cabiam nos cânones clássicos⁶.

fontes escultóricas, abordando a simbólica alegórica de determinados motivos (a *Fortuna* ou a *Clemência*) chegando o tratado a servir de compêndio aos artistas que aí buscavam modelos figurativos. De outros numismatas, coube notoriedade a Guillaume de Rouillé, autor de um *Prontuário das Medalhas* [1553]; a Jacopo Strada, autor de *Epitome du trésor des antiquitez* [1553], e Hubert Goltz, que, no seu tratado *Virae omnium fere imperatorum imagines* [1557], coligiu o repertório das efígies dos Imperadores romanos e dos Reis europeus. Rouillé seria igualmente responsável pela edição de outro importante trabalho, *La Religion des anciens romains* [Lyon, 1556], da autoria de Guillaume du Choul e dedicada a Francisco I (HASKELL 1993: 13-20).

⁴ «Lembrança ao muito sereníssimo e cristianíssimo Rei D. Sebastião», in HOLANDA 1571 (1984): fl. 3r. Francisco de Holanda indicava que cabia aos homens a tarefa da reconstrução, e de conferir à Cidade a sua «*fortaleza*», porque isso era «*fortalecer*» o espírito. Tratava-se, então, de «*fortalecer*» a «*cidade da alma primeiro*», consoante as «*três potências do espírito*»: a *Memória*, o *Entendimento* e a *Vontade*, seguindo o primado do espiritual [HOLANDA 1571 (1984): Cap. II, «Da Cidade da Alma»; fls. 6r. e 6v^o.]. De exemplos romanos, tanto constavam edifícios e aquedutos, como as estradas e pontes, entre «*outras nobilíssimas memórias*» [HOLANDA 1571 (1984): fl. 5r.].

⁵ Citação, esta, já do séc. XVII; cf. AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. VII, p. 27, e ss.

⁶ «*Junto com el pasado clásico y los orígenes del cristianismo también se tuvo conciencia de unos pobladores previos a la presencia de griegos y romanos, que de clásicos solo tenían el hecho de aparecer en sus fuentes. Se dijo en la mayor parte de las historias locales que los primeros pobladores*

Assim, ao fio narrativo em que se destacavam heróis, como *Odisseu*, figura fundadora dos Gregos e também fundador da *civilização*, juntavam-se as associações originárias do mais distante Oriente, tal como delas subsistira o que era possível conceber a título de provável memória, sendo certo que, deste Oriente, destacavam-se evidentemente os protagonistas a quem cabiam outros sentidos fundacionais, desta feita quanto ao que conduziria à *Cristandade*. Uns e outros, na construção cultural que se veio a elaborar com a alegada fundamentação nos vestígios monumentais de tempos recuados, faziam-se correlacionar, a modo de vislumbre proto-histórico, com o território lusitânico e suas ancestrais urbes, não apenas salientando-se o que teria ficado como testemunho de uma distinta fase de antiguidade do Reino, como integrando-o na própria construção histórica e civilizacional do Mediterrâneo.

Então, da descendência de Noé e seu legado, salientavam-se *Jafet*, bem como *Elisa*, que teria sido uma «*princesa de Tiro*», a cidade fenícia; *Kitim*, de onde os que haviam povoado a ilha de Chipre; *Rodanim*, antepassado dos habitantes de Rodes; e, por fim, *Tarshish*, ou *Társis*, o qual legaria o seu próprio nome ao território da célebre soberania de Tartesso⁷. Destes descendentes de Noé, assinalava-se sempre uma particular presença ou acção na *Lusitânia*; assim, *Tubal*, que alegadamente fundara *Cetóbriga*; a seguir *Tago*, cuja fama se teria perpetuado na denominação do rio *Tejo*. Entretanto, chegaria *Ulisses* (fosse então, conforme o adiantava Francisco de Holanda, o «*Hércules grego*», ou qualquer «*outro capitão grego ou cartaginês*»), que, ocupando os montes do primitivo lugar olisiponense, o reconstruiu e encheu de emblemáticos *monumentos*⁸. Com decurso do tempo, e

descendían de alguno de los linajes derivados de Noé, pero estos se trocaban por obra y gracia de unas complejas genealogías regias en turdetanos e iberos que vivían en Tarteso. (...) Los textos eran ineludibles, de que el sur de la Península fue visitado también por los fenicios que fundaron Cadiz y por los punicos, que tuvieron una importante influencia en el territorio ocupado por Andalucía. Al mismo tiempo aparecían objetos diferenciados de los que tenían antecedentes griegos o romanos, a los que se vino a agregar los hallazgos de alfabetos específicos de la zona, que escribían una lengua no descifrada» (GASCÓ 1993: pps. 21-22).

⁷ Segundo António Augusto Tavares, era no Livro do Génesis que se indicava «*no mesmo plano, ligados por parentesco os quatro grandes centros do Mediterrâneo: Cartago, Tartessos, Chipre e Rodes*», sendo o domínio tartessio o «*principal ponto de contacto com os povos que vêm pelo Mediterrâneo e a porta aberta para o comércio com as regiões do Norte*» (TAVARES 1990: 13-19). O Reino de Tartesso, era, então, o País de Társis; ou *Tarshish*, de onde a inserção da linhagem de governantes locais, das velhas monarquias da Hispânia, no contexto da genealogia dos povos bíblicos [*Gén.*, 10, 4; cf. id., *ibid.*].

⁸ HOLANDA 1571 (1984): fl. 4r. De referir que a individualidade cultural da Lusitânia reconhece-se em passagens do Tratado de Vitruvius (séc. I). Na referência à persistência de técnicas tradicionais, porque primitivas, da edilícia, e uso de materiais rústicos, é referido que tal sucedia nos territórios periféricos do Império: do Ponto ao Extremo Ocidente. Após recapitular os *princípios naturais* da arte da edificação, Vitruvius assinalava que as «*assim era feito*» na *Gália, Hispânia, Lusitânia, e Aquitânia* («*haec autem ex is, quae supra scripta sunt, originibus instituta esse possumus sic animadvertere, quod ad hunc diem nationibus exteris ex his rebus aedificia constituentur, uti Gallia, Hispania, Lusitania,*

quanto a um sentido de civilização, supunha-se que os descendentes de Ulisses mesclar-se-iam, pois, com os descendentes de Noé, numa fundação civilizacional do território, perspectivando-se desta forma as origens do que viera a ser «*uma antiga, e única nação*»⁹.

Entre a imaginação e a suposição, os autores portugueses vieram a elaborar uma tradição descritiva, traçada sobre presumíveis episódios elevados à categoria de facto, em que se descreviam tais tempos segundo uma caracterização em que mesclavam traços evocadores das sociedades *orientais* ou *pré-clássicas*, muitas vezes marcados pela monarquia, pelo despotismo e pela tirania. Pois teriam sido esses heróis e soberanos, de *Odisseu* aos descendentes de Noé, a lançar obras e edificações, a exemplo do que se sabia, neste caso sobretudo pela *Bíblia*, dos próprios soberanos orientais; eram, então, não só *figuras fundadoras*, como *figuras monumentalizadoras*. Exemplo signficante, *Brigo*, alegadamente o *quarto rei* de Tartesso, ter-se-ia associado às grandiosas obras, na Lusitânia como «*em toda a Hespanha*». Por isso tantos lugares de nome terminado em *briga*. *Brigo*, seria, assim, *cognomen* conferido pelos súbditos, que, refere Frei Nicolau de Oliveira, «*vendo (...) as muitas cidades que edificara*» e não desejando «*que se não pusesse em esquecimento este benefício, que a toda a Hespanha fazia, lhe puseram nome Brigo; isto é fabricante, e fundador de cidades*»¹⁰.

Nicolau de Oliveira, tratando inevitavelmente das origens e fundação de Olisipo e do velho Reino, repetiria a sequência de linhagens tartéssias que se encontrava noutros autores. *Tago* teria sido o sucessor de *Brigo*; depois *Beto*, que teria dado nome à *Bética*; em seguida o tirano *Gerião*. Na surpreendente alteração do Mito de Hércules, que a poética clássica apresentou como adversário de *Gerião*, diz-se que veio, antes, do Egipto o próprio Osíris, que «*por outro nome se chamou Dionysio*», para repor a justiça. Após a destituição de *Gerião*, o Reino viriam a ser depois repartidos pelos seus três filhos: *Hispaló* (alegado fundador de *Hispalis*); *Hispano*; e, só então, *Luso*, que se traduziu na delimitação precisa da *Lusitânia*, onde estavam os *Brigos*. Assim tinham os Romanos criado, precisamente, as três províncias na Hispânia (*Ulterior*, *Citerior* e a *Lusitânia*). Por fim, durante o reinado

Aquitania scandalis robusteis aut stramentis»; VITRÚVIO: II, 1, 4 [trad. portuguesa: «*podemos verificar, com efeito, que estas coisas foram estabelecidas a partir das origens que acima descrevemos, porque até aos dias de hoje nas nações estrangeiras se levantam edifícios segundo estas práticas, como na Gália, Hispânia, Lusitânia e Aquitânia ,seja com varas de roble, seja com palha de colmo*»; cf. VITRÚVIO b: 72)].

⁹ Cf. AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. XV: 52-ss. Para mais perspectivas, ver igualmente: António Manuel de Andrade MONIZ, «O mito ulisseico da fundação de Lisboa na literatura renascentista portuguesa», in F. de OLIVEIRA (Coord.) *Penélope e Ulisses* (Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos- Instituto de Estudos Clássicos e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2003).

¹⁰ NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804): 28-ss.

de *Gárgoris* que chegara *Odisseu* e seus marinheiros¹¹.

Porém, pouco antes da vinda de *Odisseu-Ulisses*, *Olisipo* teria conhecido a visita de outro Grego: o próprio *Aquiles*, fugido de Tróia, vindo esconder-se no «templo de vestais, consagrado a *Tétis*», a divindade de quem era protegido, que, em algum tempo, estivera «junto da praya do mar». Assim narrava, no séc. XVII, o engenheiro Luís Marinho de Azevedo, no seu tratado consagrado da antiguidade olisiponense, cabendo-lhe falar da fundação do Convento de S. Félix de Chelas, onde se supunha ter estado o referido santuário¹².

Desembarcando, *Odisseu-Ulisses* aí se dirigira prontamente, sendo também devoto de *Tétis*. Conta-se, deste modo, como se deparou com um *Aquiles* «*disfarçado*» de vestal, envergando as roupas das mulheres que serviam a deusa. Azevedo não negava ser «*difficultosa cousa*» comprovar esta passagem de *Aquiles*... Mas subsistira a «*urna do fogo*» do culto vestal, e, proveniente da parede do claustro do mesmo convento, também uma placa de mármore, figurada, com decoração de emolduramentos e folhagens, que, apesar de esfacelada, se interpretava como «*obra grega*», ainda conservada em Seiscentos. Descrevia-se como tendo «*no vão (...) seis figuras de joelhos, com as mãos levantadas*», na alegada representação de vestais, orantes, segundo o interpretariam as freiras do estabelecimento¹³.

¹¹ NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804), Caps. V-VII: 39 e ss. Calcularam-se cronologias e datas. Para *Olisipo*, calculou Frei Nicolau de Oliveira que o seu respectivo estabelecimento decorrera cerca de nove anos depois da destruição da «*Tróia dos Gregos*», chegando então *Ulisses* e seus companheiros. Já Francisco de Holanda, por seu lado, havia referido, repetindo discursos correntes, que a *Lusitânia* recebera o seu nome de *Luso*, o qual tivera por súbditos os *Brigos*... Teriam, depois, chegado os *Galos*; de onde *Portucale* [HOLANDA 1571 (1984): fl. 4r].

¹² AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. I: 1-ss. Na ocasião do episódio da chegada de *Ulisses*, também Luís Marinho de Azevedo apresenta cronologias: a fundação da urbe olisiponense dera-se 2872 anos depois da Criação e 46 depois da primeira Olimpíada. Resumia ainda que a anterior ocupação do lugar remontava, inevitavelmente, ao tempo dos descendentes de Noé por via de Elisa, mil anos antes da chegada de *Ulisses*. Citando *Vitrúvio* [ver nota 8], diz-se que o Grego, contemplando o lugar, vira os «*adobes*» e «*barro*» de tempos bíblicos [cf. AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. VIII: 32 e 37-38].

¹³ AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. V: 17-18. Afirma-se de qualquer modo que a identificação desta placa figurada estava bem referida entre os papéis do próprio Convento; investigara-a o Doutor Fernão Sardinha do Couto, que exercera, no Convento, aí o cargo de médico. Quanto à prova mais aferível da passagem de *Aquiles*, estaria na própria denominação do sítio de *Chelas*, entendido como «*corrupção de Achilles*» [AZEVEDO, 1652 (1753), II Livro, Caps. I e II]. Também outros mais vestígios seriam resgatados de *Chelas* na ocasião de obras locais e Azevedo continuará a enumerá-los; destes, tirara-se o bloco, com «*seis palmos de comprimento por dois de largura*», com três círculos nas faces, cada qual com a figura inscrita do que parecia ser «*um Cavallo Pegaso*» [AZEVEDO, *op. cit.*, III Livro, Cap. VIII: 34]. Apesar de semelhante às obras gregas, tal peça não era, afinal, senão uma das pilastras de tradição visigótica-moçárabe que, depois de 1865, integraram a Coleção arqueológica do recém-instalado Museu do Carmo, pertencente à Real Associação dos Arquitectos Cívica e Arqueólogos Portugueses; cf. Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *História da Arte em Portugal, Vol. 2: «Arte da*

A sugerida presença de *Ulisses* na primitiva *Olisipo*, então mero povoado (ou, como na terminologia latina, então um *oppidum*), trouxera deste modo a ideia de que o herói «*refundara e monumentalizara*» o lugar, elevando-a à categoria de *urbe*. E entre as suas obras estavam os «*fortes muros, e soberbas torres, como se mostra bem pela que com nome de Ulisses, se conserva até ao presente*», e «*que os Arquitectos mais práticos dizem não ser de Romanos, nem Godos, mas*» efectivamente «*de Gregos*» (ainda que, obviamente, os Romanos tivessem sido os herdeiros da Hélade). Além de toda esta «*fortificação*», acrescentava-se a notícia dos alicerces de um outro templo. Tratar-se-ia do «*insigne templo dedicado a Diana, de quem ele [Ulisses] por extremo era devoto, em o qual pôs pelas paredes os remos, cordas, e proas dos seus navios em sinal de agradecimento*»¹⁴.

Era Nicolau de Oliveira que indicava estar templo ulisseico dedicado a *Diana*; Luís Marinho de Azevedo afirmou, ao invés, que a consagração era antes a *Atena – Minerva*. De um modo ou outro, «*cousa verisimil*» era que o templo fora edificado na área do Castelo, onde se conservava, aliás, a referida Torre dita *de Ulisses*. Argumentação, na verdade, apoiada em sucessiva releitura de fontes, de Estrabão, a Vitruvius e ao moderno Guillaume du Choul (este, especialmente citado por Azevedo), autor de um tratado sobre as atitudes religiosas dos Antigos¹⁵. A consagração a *Minerva* destacava-se por ser uma divindade que, tutelando as artes, representava o sentido eminente da *civilização*; tutelava, assim também, o espírito racional, a inteligência que inspirava a edificação – a sua invocação seria, segundo a mesma sucessão de ideias, especialmente adequada às cidades mais recentes. Reafirmava-o Azevedo, de novo apoiando-se, mais uma vez, em Du

Alta Idade Média» (Lisboa, Publicações Alfa, 1986): pps. 58-60. Quanto à alegada atribuição às Vestais do alegado santuário olisiponense, havia-se baseado somente numa epígrafe, incorrectamente transcrita e mal interpretada desde o Renascimento, mas mais recentemente rectificada; in José Cardim RIBEIRO, «Três novos monumentos epigráficos de época romana», *O Arqueólogo Português*, III Série, Vols. 7-9 (Lisboa, 1974-1977), pps. 277-329.

¹⁴ NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 (1804): 62-64.

¹⁵ AZEVEDO 1652 (1753); II Livro, Cap. VIII: 36. Na normatização programática da edificação, segundo o indicado pelo engenheiro romano Vitruvius, a fundação de templos no perímetro da cidade, bem como a sua respectiva dedicação, era um tema fundamental na imagem da própria urbe, e assim mesmo se tornou referencial para a estruturação dos conceitos clássicos («*nunc in tertio de deorum immortalium aedibus sacris dicam et, uti oporteat, perscriptas exponam*»; VITRÚVIO, III, Prefácio, 4. Trad. portuguesa: «*agora tratarei, no terceiro [livro] tratarei dos templos sagrados dos deuses imortais e explanarei circunstancialmente as suas regras, como convém*»; VITRÚVIO b: 108). Concluiu Azevedo, ainda quanto ao templo de *Ulisses*: «*mais cousa particular (...), não podemos afirmar mais das que apontou Estrabão, seguindo a Asclepiades, que era estarem as paredes adornadas com reliquias dos naufragios (...). E outrosim estarem nas paredes pintados os sucessos da guerra troyana*» [AZEVEDO 1652 (1753), II Livro, Cap. XVII: 63]. O templo de *Olisipo* granjeara posteridade pela pluma dos eminentes Autores, entre eles Asclepiades Mirliano, «*Mestre de Gramática na Turdetania*», onde Estrabão, primeiro, e, depois, os eruditos portugueses se teriam baseado para a referência à distinta *paraphernalia* de «*escudos, enxarcias, e esporões...*», retirada das naus gregas [cf. AZEVEDO 1652 (1753), II Livro, Cap. VIII: 32-33; cf. tb. ESTRABÃO, III, 2, 13].

Choul¹⁶.

Na zona do Castelo olisiponense, em descoberta a que o próprio Azevedo teria assistido, nos espaços subterrâneos da Alcáçova, correspondendo no séc. XVII a uma área de armazenamento de armas ou outros diversos utensílios, surgira uma representação zoomórfica com «*forma (...) de Usso com dous grandes colmilhos virados para baixo*». Anotou Azevedo a rudeza e o desgaste, mas que conferia à peça uma estranha aparência, própria, enfim, de certa antiguidade. A referida figura tinha apenas representação da parte da cabeça; para além disso, encontrara-se metida «*em uma parede*»¹⁷.

Para esta figuração, Luís Marinho de Azevedo considerava que, segundo o que se conhecia da religiosidade antiga, sendo que Gregos como Romanos «*não prestavam devoção*» a entidades divinas com forma animal, caberia antes identificar a peça como obra de Egípcios ou «*Sírios*», cujos ídolos possuíam, como então já se sabia, proeminente forma de animais ou, então, em termos híbridos, cruzando a forma humana com o delineamento zoomórfico. Seria então este achado de alegada influência ou até proveniência oriental. Assim, «*quando queiramos dizer, que estes [Egípcios], ou os Sírios, Fenices ou Cartagineses trouxessem a Hespanha sua adoração: como trouxeram a de outros Ídolos, temos pouco fundamento para o conjecturar*»; porém, salientava-se, afinal, a presença deste achado «*do Castelo*». Quanto a «*outros ídolos*» a que seria plausível atribuir influência de «*Egípcios e Sírio – Fenícios*», Luís Marinho de Azevedo é, contudo, omissos¹⁸.

Mais veemente era a abundante presença dos materiais romanos, e melhor se proporcionando ao olhar directo. No realce conferido ao propósito da observação, já Francisco de Holanda apresentava precisamente os vestígios que também ele mesmo havia visto em determinados lugares. Sabe-se que

¹⁶ AZEVEDO 1652 (1753), II Livro, Cap. XVII: 63. Cf. ainda, para a questão da consagração dos novos templos às divindades femininas do panteão greco-romano e a sua correlação com o uso da ordem iónica: VITRÚVIO: IV, I, 7.

¹⁷ AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 35. A designação, aqui presente, de *usso*, ou «urso» é sugestiva, na verdade, da aproximação possível à temática de representação dos chamados *berrões*, que figuravam javalis entre as sociedades lusitânicas pré-romanas. É a mesma que, nomeadamente, se fará para a conhecida «Porca de Murça», no séc. XVIII, segundo a a *Corografia Portuguesa* do Padre Carvalho da Costa (onde esta peça fora precisamente identificada como sendo um «*usso*»), salientando-se, de resto, que diversos achados de berrão, em geografia cultural essencialmente coincidente com áreas a Norte do Douro, se resumiam de facto apenas à figuração da cabeça. Cf. João L. T. FERNANDES, *Murça: História, gentes e tradições* (Murça, 1985): p. 112; Guadalupe LÓPEZ MONTEAGUDO, *Anejos de Archivo Español de Archeología, Vol. X: «Esculturas zoomorfas celtas de la Península Iberica»* (Madrid, 1989): p. 13; Maria de Fátima MATOS SILVA, «Subsídios para o estudo da arte castreja: A Cultura dos Berrões», in *Revista de Ciências Históricas*, Vol. III (Porto, 1988): pps. 77-ss.

¹⁸ AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 35.

«redescobriu» o Santuário da foz do rio Colares, perto das serranias de Sintra (mas em território olisiponense), o qual, imemorialmente fundado, os Romanos teriam, entretanto, remodelado e reutilizado, deixando achados votivos¹⁹.

Quanto ao espaço urbano, as *antigualhas de Olisipo* eram não menos recolhidas e valorizadas. Havia, a saber: o «*cipo*», dedicado a Esculápio (o qual estava, ao tempo, na Igreja de Nossa Senhora da Porta do Ferro); o «*ídolo de Vénus*» (da Igreja de Santo Estêvão). Tais vestígios serviam para identificar a época em que a cidade teria sido, não apenas, um lugar habitado por «*gentios e pagãos*», como testemunhavam o domínio romano²⁰. Apesar da conotação com atitudes religiosas reprovadas, o serviço cultural de tais manifestações ajudaria, na verdade, a compor uma Teoria da Arte, que o próprio Francisco de Holanda se esforçou por formular, ao subscrever que a origem de todo o gesto criativo copiava o próprio gesto divino; até os testemunhos pagãos (Deus, «*mais que os homens*», seria o «*Rei e Senhor a quem todas as coisas são presentes, muito antes que sejam feitas*»²¹.

Se a evocação de velhas monarquias e a sua alegada herança monumental se referia a períodos de fundação civilizacional do território, sempre em associação ao protagonismo de soberanos e heróis, o que restava da «*obra de Romanos*» valorizava-se, em exaltação de sentidos colectivos, pelo modo como significavam gestos de «*Amor pela Pátria*», e particularmente «*Amor pela Cidade*», na elevada emoção, expressão de espírito, que impelia ao embelezamento dos espaços urbanos por meio da edificação. É um âmbito das próprias formulações do Classicismo, que se recuperava e privilegiava entre os autores modernos sequencialmente ao Renascimento. A projecção do colectivo estava na *Cidade*, enquanto modelo ideal e enquanto modelo físico. Assim mesmo, na introdução ao seu Tratado, definia Luís Marinho de Azevedo a Cidade, como, «*segundo (...) os Jurisconsultos (...), hum ajuntamento universal de homens juntos em hum corpo*»²².

Proémio fundamental, que justificava todas as referências e termos da atenção que se iria desenvolver. Portanto, haveria a resgatar, estudar e cuidar das «*pedras e cipos*» que restavam da antiga *Olisipo*, e tanto a haviam tornado distinta. As várias pedras iam-se encontrando à medida do simples derrube de uma

¹⁹ Como sinais do imemorial «*paganismo*», ali, no Santuário indicado, em tempo romano «*cada um punha um cipo com seu leteiro ao Sol eterno e à Lua, a quem aquele promontório foi dos gentios dedicado*» [HOLANDA 1571 (1984): fl. 24 v. 9].

²⁰ HOLANDA 1571 (1984): fl. 4v^o.

²¹ HOLANDA 1571 (1984): fl. 4v^o; n/destaque]). Nem que fosse a coberto da «*idolatria*», confirmar-se-ia que até os «*povos primevos*» reverenciavam a suprema força de Deus, ainda que erradamente atribuíssem a «*falsos deuses*» o respectivo simbolismo de cada formulação simbólica. (cf. igualmente, para as teorias estéticas de Francisco de Holanda, DESWARTE-ROSA 1995: 511-ss e DESWARTE-ROSA 1986).

²² AZEVEDO 1652 (1753), «*Prólogo ao leitor*», p. I. Sublinhado da edição.

qualquer parede, pelo que se revelava urgente a proposta, como medida política, da exigência de preservação por parte dos gestores da cidade²³. Também Luís Marinho de Azevedo não podia deixar de prosseguir uma inventariação dos restos do Antigo no espaço urbano lisiponense. Integrou, pois, no seu tratado, a sua listagem dos «insignes» testemunhos que lhe foi possível registar, das lápides e inscrições (ou «*letreiros*») de obra romana. Destacou, então, uma dedicação a *Concordia*, sita na igreja de S. Mamede e outra inscrição, consagrada a Tétis, resgatada da igreja de S. Nicolau, quando se procedia a reparos no local²⁴.

Dado que um mero bloco se tomava, desde logo, como inequívoco indício revelador de alguma estrutura edificada, assim sucedeu com a interpretação do citado achado de S. Nicolau, que parecia atestar que ali existira mais um santuário pagão; disse Luís Marinho de Azevedo que, «*esta pedra*» mostrava «*que no tempo da gentildade havia em Lisboa um templo dedicado ao Falso Ídolo de Tétis, que é certo estaria junto à praia do mar; porque fingiam os poetas ser Deusa dele, e mulher do Oceano*»²⁵.

De mais descobertas decorridas em Lisboa, contar-se-iam, ainda, em Seiscentos, a escultura de «*um ídolo de bronze*», que representava a figura de duas crianças abraçadas (possivelmente no tema dos *Dioscuri*, Castor e Pólux), com a forma, segundo comenta Luís Marinho de Azevedo, com que «*os Astrólogos figuram (...) [os] filhos de Júpiter, e Leda*», e o conjunto dos vestígios, nas «*Casas de um tal Pero de Mendonça*», situadas em Santa Clara, correspondendo a materiais resgatados no decurso de trabalhos nos alicerces, e que revelaram também «*muitas abobedas piquenas feitas de argamassa*», que se interpretaram, por sua vez, como de provável utilização funerária. Deste último conjunto, efectivamente, tinham surgido «*algumas urnas de vidro grosso escuro*»; outras em «*chumbo*», guardando vestígios de «*carvões, e cinzas*». Indicava-se também que os vasos mais elaborados faziam lembrar «*porcelana das Índias*», tendo sido, entretanto, guardados ao cuidado de Francisco de Mello, à data Monteiro-Mor...²⁶

É mais vasta a enumeração que Luís Marinho de Azevedo faria de achados directamente aferíveis para períodos imperiais. Entre «*outros muitos rastos (...) [que] se acham nesta cidade, dignos de ser notados*», de época Júlio-

²³ Por isso mesmo se vinha reafirmar, ainda que «*não sejam cousas nossas proprias (...), nos pertencem por razão de sucessão, avendo de tratar-se publicamente de sua dignidade*». Reclamava-se assim ao Senado da Câmara da Lisboa do séc. XVII que se «*mandasse aos pedreiros, que achando alguma [pedra] nos edificios, que se derribaõ, com algumas letras, a não quebrassem, nem usassem della sem vestoria do Vereador do pilouro das obras, para lhe assinar lugar no mesmo edificio, onde se collocasse, para se não perderem semelhantes memorias: pois com ellas se ennobrecem tanto os lugares*» [AZEVEDO 1652 (1753), «Prólogo ao leitor»: l].

²⁴ AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 32.

²⁵ AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VII: 30.

²⁶ AZEVEDO 1652 (1753); III Livro, Cap. VIII: 34-35.

cláudia era um «pedaço de coluna bem grossa», da antiga Rua do Barão, bem como «outra nas casas do Correio Mor», além do que poderia encontrar pelos «muros da cidade pela banda do mar, paredes da Sé pelo lado exterior, Porta de Alfófa, cantos da casa dos Provedores do Hospital Real, [em] Chelas». Ao lado das epígrafes, a necessária referência às «estátuas públicas» dos Imperadores (em sinal de que, perante o governo de Roma, «não andaram nossos Lusitanos descuidados em granjear a graça do Imperador por este meio»)²⁷.

A «benevolência» e o «obséquio» imperial revelavam-se, de qualquer forma, logo desde a conquista de César, pelo facto das urbes da Lusitânia terem recebido o nome dos próprios imperadores...Caso de Santarém (*Iulii Praesidium*), Beja (*Pax Iulia*), Mértola (*Iulia Myrtilis*), e, obviamente, a antiga Lisboa, ou seja: *Faelicitas Iulia*, em memória estabelecida por outra pedra, perpetuando um juramento a César, numa célebre epígrafe. Conforme se refere, lia-se aí que os olisiponenses, na qualidade de «homens juntos», se reconheciam doravante no «*municipium civium romanorum ulysipo, faelicitas iulia cognominatum*»²⁸.

Haveria, mesmo assim, certas lacunas. Por exemplo, de Nero a Vespasiano, não haveria «coisa que poder escrever de Lisboa, porque foram tão violentas as mortes de Galba, Otão, e Vitélio»²⁹. A propósito dos vestígios romanos e como explicação para a ausência de achados, já havia, de qualquer modo, comentado Damião de Góis que «todas essas coisas, como é razoável supor, desapareceram mais pelo desgaste do tempo do que por incúria dos escritores»³⁰.

Assim, com estes textos e ideias compõe-se, então, o que se entende por *momento pré – científico* quanto ao conhecimento e interpretação do passado do território, proporcionando-se sobretudo como *género literário* a que não escapa, de qualquer modo, o empenho explicativo que se estabelece como decorrente da motivação de justificar um motivo para os acontecimentos, uma razão para a presença dos vestígios fixados na pedra, e moldados por mãos arcaicas, discorrendo-se sobre a gesta de figuras fundadoras, não menos integrando o território nas forças culturais que haviam construído a *Civilização, o Mediterrâneo* e

²⁷ AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. VIII: 33-34.

²⁸ AZEVEDO 1652 (1753), III Livro, Cap. I: 2.

²⁹ AZEVEDO, id., ibid.: 84. Mas o âmbito cronológico dos achados locais estender-se-ia até à Idade Média, falando-se de toda a História olisiponense que se poderia percorrer a seguir, das perseguições aos primeiros cristãos, aos mártires [cf. id., ibid., III Livro, Caps. XI (Nascimento de Cristo e ascensão de Tibério: 45-ss.), XIII (passagem de S. Tiago por Lisboa: 53-ss.), XVI (vida e martírio dos santos Anastácio, Plácio e Genésio), XVII (martírio de S. Gens, no sítio que teria o seu nome e um mosteiro: 68-ss.); etc.].

³⁰ DAMIÃO DE GÓIS 1554: 39. Olisipo era, na verdade, um *município*, sendo que «*melhor condição [tinham] os Municípios, que as colonias: com que se ficará entendendo as grandes honras, privilegios, e exemplos que de tempos tão antigos começaram a gozar os cidadãos desta nobilíssima Cidade*» [AZEVEDO, id., ibid., Cap.II: 12]

a *Cristandade*. Indissociavelmente subjacente estava a observação ao sentido de *autoridade* trazido pelo Clássico antigo, seguindo-se o próprio *gosto pelo Antigo*, na notável formulação do ideal de *monumentalização* por via da fundamentação histórica³¹.

Todas estas vias hão-de adquirir seguidamente particular expressão, entendida então como já *científica*, em fase posterior de um mesmo processo de consolidação institucional como pedagógica no decurso do Séc. XVIII, numa atitude de pendor já «cientificizante» quanto ao conhecimento do passado e cuidado prestado aos vestígios materiais que revelavam a essência do Antigo. Como se sabe, no Reino, promulgar-se-ia o célebre Decreto de 14 de Agosto de 1721, de tutela e salvaguarda de vestígios antigos, desde tempo de *Fenícios* e de *Gregos*, desde «*Romanos, Árabes, Godos...*»; e até aos finais de séc. XVI; ou seja prolongando-se por todo o tempo de apogeu do passado português, até ao reinado de D. Sebastião³².

Porque, da *ideia*, se transitava portanto para a *ideologia*, e da defesa da *Cidade* como estado de Alma evolui-se, progressivamente, para outra noção, de *Cidade* como espaço de intervenção e de salvaguarda. Destacar-se-á, no Iluminismo, a acção de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas (1724-1814), Bispo de Beja e, depois, Arcebispo de Évora. Eclesiástico, colecionador de arte e bibliófilo, primeiro arqueólogo 'moderno', e que deixou «*obra consagrada à Antiguidade*», em «*simbiose entre a continuação das tradições anteriores – dominava os textos bíblicos, os clássicos e as produções de historiadores que o antecederam, (...) e uma nova atitude perante os vestígios materiais, procedendo ou mandando proceder a escavações em diversos lugares, designadamente Tróia*»³³.

O interesse de Cenáculo centrava-se, claro, em primeiro lugar, no labor pastoral na Diocese, mas em posição não menos secundária, estava a intervenção cultural. Depois de ter sido viajante pela Europa, foi viajante no Alentejo, mantendo intensa correspondência com importantes figuras, legou escritos e relatórios,

³¹ Resumindo-se, *la acumulación de estas variopintas percepciones del pasado, con su estudio y el uso para mayor honra y prez de las ciudades y pueblos que de él se hizo fue creando poco a poco una conciencia de patrimonio. Se generalizó la idea de que la ciudad en parte dependía de su pasado y que, a su vez, éste pertenecía a la ciudad* (GASCÓ 1993 22-23).

³² Correspondiam tais vestígios a «*estátuas, mármore, cipos, lâminas, chapas, medalhas e moedas*», numa actividade que não se dissociava dos propósitos da também recém-criada Academia Real da História, em Lisboa, continuava a buscar-se «*a memória antiga do 'Reyno de Portugal' documentada por vestígios epigráficos, arquitectónicos, escultóricos, medalhísticos e numismáticos dos povos 'antepassados' e dos tempos medievo e renascentista*» (Cf. FABIÃO 1989: 17; e também BRIGOLA 2000: 250). Para a Lei de 1721, assinada por D. João V e acrescentada à *Colecção de Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa* cf., em especial: Luís Ferrand de ALMEIDA, «*Alguns documentos para a História da Arqueologia em Portugal. Decreto de D. João V de protecção dos vestígios arqueológicos*», *Conímbriga*, Vol. IV (Coimbra, 1965): 103-105.

³³ FABIÃO 1989: 20.

estando, nos seus *Cuidados Literários*, o essencial de uma proposta pedagógica³⁴. O contraste torna-se significativo, quando se comparam os três momentos correspondentes ao que decorre cultural e literariamente na segunda metade do séc. XVI (em que escreveu Francisco de Holanda), segunda metade do séc. XVII (período de Frei Nicolau de Oliveira e Luís Marinho de Azevedo) e segunda metade do séc. XVIII (época de D. Manuel do Cenáculo). Cenáculo, embora partindo das bases do conhecimento tradicionalmente abrangente do passado da *Lusitânia*, e prosseguindo na verdade a sua procura da sabedoria histórica, integra as suas buscas num âmbito organizado do pensamento, em que a atenção do passado é tanto uma filosofia, como demonstração teológica da obra social de Deus. Muito curiosamente, nos escritos de Cenáculo e do seu círculo próximo, os protagonistas do passado não eram os heróis ou as figuras individuais, mas os povos que o decurso do tempo e a Cristianização tinham acabado por unir; porque todos eram filhos de Deus, ainda que, em determinado período, se tivessem exprimido pela *idolatria*³⁵.

D. Manuel do Cenáculo cumpre, de qualquer modo, as metodologias que se deveriam aplicar ao conhecimento do passado, fosse pela via do resgate das *dignidades*, e daí o seu papel como arqueólogo que procurava incessantemente os vestígios monumentais de presenças antigas; fosse pela via dos documentos epigráficos, que traziam novidades filológicas. E é desta forma que os próprios grupos orientais, de *Judeus a Turdetanos* e até ao próprio epigonismo árabe, entram na linhagem de povos que, tendo ocupado as extensões alentejanas e o prolongamento algarvio, ganhavam realidade cultural e material cuja memória haveria a manter. Se se mantinha a concepção de que os Hebreus haviam sido fundadores (caso de Tróia), os *Turditanos*, remotos habitantes da região pacense, haviam sido os súbditos dos Reis de Társis, e, precisamente, os primeiros povos civilizados do Alentejo e do Algarve, pois tinham deixado *escrita*. Daí as primeiras notícias cenaculananas quanto ao registo das inscrições turdetânicas do sul português, em achados em torno a 1790 de que o Prelado foi pioneiro, fomentando

³⁴ Título, de resto, para um dos seus opúsculos mais referenciais: *Cuidados Literários do Prelado de Beja em Graça do seu Bispo* (Beja, 1791). Cf. tb. PATROCÍNIO 2009: 99-ss.

³⁵ Como adianta D. Manuel do Cenáculo, o estabelecimento da Igreja por todo o Sul, fora «fruto» que crescera firme. Em períodos de cristianização do Alentejo, a figura do mártir pacense S. Sisenando dera à Religião «seguras» e «vigorosas raízes», lutando contra os *Mahomedanos* mas num território que se distinguia por ser já habitado, desde antes, por uma «mistura de homens idolatras/ e dos Judeus com os Cristãos»; assim o indicavam, de resto, os velhos ídolos que colecionou, entretanto levados para o que se tornaria no Museu de Évora, mas, em finais do séc. XVIII, guardados ainda no museu cenaculano que, em Beja, foi baptizado com o nome deste santo; era o *Museu Sezinando Cenaculano Pacense* (Cf. Coleção de «Arqueologia Vária», (BPE) COD CXXVIII/ 2-13^d, fl. avulso, borrão; PATROCÍNIO 2006: 21).

o estudo dessas mesmas inscrições³⁶.

Não apenas o mundo era obra divina, como de origem divina era igualmente a sociedade humana, cabendo aos eclesiásticos, enquanto responsáveis pastorais, o fomento de um sentido de progresso e cuidado colectivo, tal como se cada rebanho de paroquianos fosse uma tribo de Israel diligentemente albergada na *Terra Prometida* que lhe estava destinada; daí o esforço que o próprio prelado aplicou na sua extensa diocese pacense, de resto com tantos vestígios de fundação cristã, como se de alguma *Terra de Canaã* se tratasse e de que os citados trabalhos em Tróia foram uma primeira ponta, de modo a restituir a fundação *hebraico-fenícia*³⁷.

Cuidar da cidade era, então, um modo prático de cuidar da grandiosa *Criação do mundo*, ainda que as coisas tivessem surgido por intervenção da obra técnica, mesmo que os vestígios viessem representar os tempos pagãos ou mesmo ou mesmo que assinalassem tão só o apogeu de Impérios desaparecidos. Assim sendo, se, para autores anteriores, o *Castelo de Olisipo* conservava os testemunhos da fundação ulisseica e por isso se formulava o sentido apologético da sua defesa monumental, na cidade de Beja que era a sua sede de Bispado, havia que proceder ao reparo das muralhas romanas, conforme diligência documentada por cartas, dirigidas a responsáveis do Reino³⁸.

Assim se observava o modo como vestígios e peças se vieram a tornar progressivamente fundamento para a procura historiográfica, ajudando à estruturação do entendimento de um passado antigo do território. No modo como, em âmbito literário, o assunto era desenvolvido, e no que advém como conclusão, sucedia-se uma tradição de pensamento em que «*sciences et belles-lettres ne délimitaient d'ailleurs pas strictement leurs terrains respectifs*», pois «*il s'agit essentiellement d'humanités passées au crible de l'érudition la plus scrupuleuse*»³⁹.

No sentido da aplicação das *humanidades* como exercício de *scientia*, a acção de D. Manuel do Cenáculo assinalará particularmente um momento de viragem na abordagem do passado, ainda sobre bases do que persistia de concepções tradicionais referentes a antigas presenças. Mas não menos como um culminar do sentido de ideal e de exaltação da *cidade*, enquanto fenómeno cultural e estratégia pedagógica em que as exortações em prol das *dignidades* distinguiam

³⁶ Cf. Anexo I e tb. a n/recapitulação, in PATROCÍNIO 2009: 104-ss.

³⁷ Cf. PATROCÍNIO 2009: 103. Cf. tb. PATROCÍNIO 2006: 17-ss.

³⁸ Cf. *Carta ao Visconde da Lourinhã*, Governador do Alentejo, de 1792 (Anexo II), in Correspondência de D. Manuel do Cenáculo, (BPE) COD CXXVIII/ 2-10: fl. 38 v^o. Recomendava o Bispo que «*para decoro da Cidade se haviaõ conservar as tres Portas Romanas*», sendo que a própria Rainha adiantara já verbas para os «*consertos*»; as torres da muralha eram um *monumento e memória*; «*corpos leuantados para defesa, e arremesso de pedras nos combates rudes dos antigos*» (cf. id., ibid.; e tb. PATROCÍNIO 2006: 17-18).

³⁹ PIWNIK 1987: 27-28

os lugares e a argumentação do que haveria a estabelecer como *cuidado* do presente, e a cargo dos responsáveis dirigentes, que governavam toda a *res publica*, a qual, como algures se afirmava, era sempre maior que a própria soma de uma comunidade reunida.

Bibliografia

Fontes antigas

VITRÚVIO a Frank GRANGER (Ed.): VITRUVIUS, *On Architecture (2 vols.)* (Cambridge, Mass.-Londres, Harvard University Press, 1931 [1995]).

VITRÚVIO b Manuel Justino MACIEL (Ed. e trad.): VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura* (Lisboa, IST – Press, 2006).

ESTRABÃO François LASSERRE (Ed.): STRABON, *Géographie (Livres III-IV)* (Paris, «Les Belles Lettres», 1966).

S. MARTINHO DE DUME Manuel Justino MACIEL, «O 'De Re Rusticorum' de S. Martinho de Dume», in *Bracara Augusta*, Vol. XXXIV [78] (Braga, 1980).

Fontes portuguesas

AZEVEDO 1652 Luís António Marinho de AZEVEDO: *Fundação, antiguidades, e grandezas da mui insigne cidade de Lisboa, e seus varoens illustres em santidade, armas e letras (Catálogo de seus prelados, e mais cousas ecclesiásticas, e politicas até o anno 1147, em que foi ganhada aos Mouros por elrey D. Affonso Henriques) [1652]* (Lisboa, 1753).

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA Colecção de «Arqueologia Vária», (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-13^d.

CENÁCULO 1792 a D. Frei Manuel do CENÁCULO VILAS-BOAS: *Carta ao Visconde da Lourinhã (Beja, Maio de 1792)*, (BPE) CÓDICE CXXVIII/ 2-10: fls. 38-38 v.

CENÁCULO 1792 b D. Frei Manuel do CENÁCULO VILAS-BOAS: *Carta [ao Padre Rodrigo de Sá, em Goa] (Beja, 24 de Março, 1792)*.

GÓIS 1554 José da FELICIDADE ALVES (Ed.): Damião de GÓIS, *Descrição da Cidade de Lisboa [1554]* (Lisboa, Livros Horizonte, 1988).

HOLANDA 1571 José da FELICIDADE ALVES (Ed.): Francisco de HOLANDA, *Da Fábrica Que Falece à Cidade de Lisboa [1571]* (Lisboa, Livros Horizonte, 1984).

NICOLAU DE OLIVEIRA 1620 Frei NICOLAU DE OLIVEIRA: *Livro das Grandezas de Lisboa [1620]* (Lisboa, 1804).

Outras referências

BRIGOLA 2000 João Carlos Pires BRIGOLA: «Coleccionismo e 'anticomania'. A actividade museológica de Frei Manuel do Cenáculo (1750-1814)», in *A Cidade de Évora*, II Série, Vol. IV (Évora, 2000).

CHOAY 1992 Françoise CHOAY : *L'allégorie du patrimoine* (Paris, Éditions du Seuil, 1999).

DESWARTE 1995 Sylvie DESWARTE-ROSA: «Neoplatonismo e arte em Portugal», in *História da Arte Portuguesa* (Dir.: Paulo Pereira), Vol. 2 (Lisboa, Círculo de Leitores, 1995).

DESWARTE 1986 Sylvie DESWARTE-ROSA: «Francisco de Holanda. Teórico entre o Renascimento e o Maneirismo», in *História da Arte em Portugal, Vol. 7: O Maneirismo* (Dir. Vítor Serrão) (Lisboa, Publicações Alfa, 1986).

FABIÃO 1989 Carlos FABIÃO: «Para a História da Arqueologia em Portugal», in *Penélope* Vol. 2 (Lisboa, 1989).

GASCÓ 1993 Fernando GASCÓ: «Historiadores, falsarios y estudiosos de las antigüedades andaluzas», in José BELTRÁN FORTES e Fernando GASCÓ (Ed.) *La Antigüedad como argumento: Historiografía de arqueología y Historia antigua en Andalucía* (Sevilha, 1993).

HASKELL 1993 Francis HASKELL, *History and its Images: Art and the interpretation of the past* (Yale, Yale University Press, 1993).

PATROCÍNIO 2009 Manuel F. S. PATROCÍNIO: «'Tempos de Fenícios'. O tema do Orientalismo e suas descobertas nos documentos de D. Manuel do Cenáculo» in *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal*, II Série, Nº 7 [2007-2008] (Évora, 2009).

PATROCÍNIO 2006 Manuel F. S. PATROCÍNIO: «O registo das antiguidades lusitânicas do Sul no legado documental de D. Manuel do Cenáculo» in *Promontoria. Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*, Ano IV, Nº 4 (Faro, 2006).

PIWNIK 1987 Marie-Hélène PIWNIK: *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)* (Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987).

TAVARES 1990 António Augusto TAVARES: «Primeiras migrações para Ocidente, segundo as fontes escritas», in *Estudos Orientais, Vol. I: «Presenças orientalizantes no território português»* (Lisboa, 1990).

Anexo I

BPE – Biblioteca Pública de Évora
COD CXXVIII/ 2-10, fl. 10Correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas
Carta [ao Padre Rodrigo de Sá, em Goa] (Beja, 24 de Março, 1792)

[fl.10] *Illustrissimo Senhor// Amigo Senhor da minha singular estimação. Chegou a meo poder essa eudoxh poikilia de testemunhos/ da sua erudição e de honra para mim. Se bastão desejos sou bom altar de perfumes: se alguma couza/ mais! Na amizade não cedo: em méritos? todo o mundo he problema activo e passivo. Estou certo/ que o Seo desempenho foi de credito pessoal e local: há quem goste aqui do bom; e em todos os ramos/ da sua diversa erudição pareceo excellentemente o trabalho de Vossa Senhoria. A espécie de Mohamed he a/ proposito, e não a esperava eu taõ bem estampada ahi pelo não uso: a ktisiV literaria ainda carece/ disto, e daquillo outro, mas disto convem avecein quanto a expressa Vossa Senhoria he nella severo porque a sua/ alma assim concebe: para ahi me leva taõ bem o genio e não sei que tumultuosa vida obriga o meo pensa/mento a parir pelo meo feito. Consulte Vossa Senhoria o Senhor Esteval Falcaõ com muitos bejamaos meos, e lhe/ dirá que sim visto que tem couzas minhas que eu oportunamente acrescentarei, assim como a Vossa Senhoria/ hei de comunicar couzas, e coizas; mas para isto não basta ser viajor intellectual; e gostaria vendo o em/ realidade de encontrar aqui as minhas raríssimas lapides hebraicas, grega e ao que muito mais, fenicias/ achadas no meo Territorio.O Abbadé Valle Prefeito deste Museo as tem decifrado com analyse: vejo que bem, e estão conferidas. Porem vamos as Theses: ser oppositor neophito não he razão de decidir/ por que as Ordens Regulares tinhaõ pregadores garraios que pareciaõ coisa boa: agora se entra a/ preocupação, a filancia, a satisfação própria das poucas cousas em gente nova, facil de excitar se/ e levar avante, e talvez meo conselho, nesses casos actum est. Daqui passo ao secreto que Vossa Senhoria/ indica: sim Senhor vejo o [espaço em branco], e ha microscópio para o et reliquia. Sic erat in factis. O que/ suposto fosse qual fosse a adopção dos arguentes Vossa Senhoria tem cabedal para estofar o argumento secco, e o de assumpto de omitir. quem lança no papel estas Theses desembrolha se muito bem, e o tempo/ tem formado em Vossa Senhoria: peito de saber regular as suas palavras. Digamos de Goa. Certo he que muito/ se adiantara Vossa Senhoria em despachos; mas quando será orevocare gradum em opiniões alheias.// Nas letras poderá trabalhar por si, faltando lhe comtudo o concurso que/ temos na Europa, se a ella pertencemos em movimentos literários. // Em Goa todavia podera desco/brir Manuscritos indostanos e da Lingua marajita passar as derivadas della. Vossa Senhoria leva bons olhos para estas/ coizas; porem la mesmo so acasos lhe proporcionarão achar mais do que desejos. Por hua/ parte a sua hida he coisa fria: e por outra deve Vossa Senhoria subir ao seo animo, e combina llo/ com as suas circunstancias, e maduramente resolver. Tenho hoje que escrever autoceiri bastantes/ couzas, e tudo vai a pressa, mas Vossa Senhoria he arabigo, e que não le? Tenha saúde: desfrute/ a innocente e merecida gloria que se deve aos seus estudos, e ao próximo desempenho dos/ seos Actos: seja feliz em tudo quanto deseja: ame me como faz, [espaço em branco] sirva se da minha fiel/ conta e muito presadora das suas virtudes, por que esta obrigação em que Vossa Senhoria me pos não/ he prisaõ de estancar nem afeições, nem serviços.// Beja 24 de Março de 1791//*

Anexo I (figura)
BPE – Biblioteca Pública de Évora
COD CXXVIII/ 2-10, fl. 10

Correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas
Carta [ao Padre Rodrigo de Sá, em Goa] (Beja, 24 de Março, 1792)

Handwritten signature: D. Frei Manuel

Até agora de m' singular estimação chegou a mim poder esta carta e recebi de tytamente
da sua acadêmica gloria para mim de hystoria deis q' sou bem allas de porjura: se alguma coisa
may! na univ'ada nas cede: em m'ntes! tudo amundo he problema activo e passivo. Glou certo
q' o ho desampando foi de credito pessoal e local: ho quem q'nto aqui do bono, e em todo q' v'ozes
da sua diversã erudição passas excellentiss' ataballas de V. S. A ypoxia de Abraham he o
propósito, mas a ypoxia eu tao bem y'tasprada ahi pelo não uso: a ypoxia h'ora ainda carece
d'isto, e da quill'nto, may d'isto convem a ypoxia. A ypoxia V. S. he nella deveso porque adua
alma adiv' concate: para ahi me l'va tao bono ag'nto, mas sei q' temull'za vida obrija o meo p'nta
mento ap'ns pelo meo f'ctio: linulle V. S. adu' y'lova' valea' com m'ntes ty'antag may, e he
deira q' tem ayta qua tam coursey m'ntes que eu oportunamente a ypoxia, ultim como ad' V. S.
h'ida commeciar coursey, e vicey; may para yto não h'ya de v'ozes intellectual, e ypoxia sendo o em
realidade de encontrar aqui q' m'ntes r'aspr'as lapides y'braicoy, grego, e q' he m' may, Fenicy,
chadag no meo territorio. A B. S. Valle P. y'nta d'isto Museu q' tem descifrado como nayta: ve
jo que bem, e y'ta confididg v'ozes v'ozes y' thery: se opp'ietes n'phite não he v'ozes de d'avidio
por q' a d'avidio regulary t'ntas pragadory y'braicoy que pareca' r'aspr'as: agora se v'ozes a
p'nta y'nta a ypoxia, e y'ta y'nta propria de ypoxia coursey em gente nova, facil de encontrar
e lavar a v'ozes, e t'ntas m'ntes coursey n'ntem ul'. Daqui passo ao d'avidio q' V. S.
indica sem l'ntes v'ozes o d'avidio m'ntes p'nta e y'nta y'nta de v'ozes en factis. O que
d'avidio f'ctio qual f'ctio a adap'at de y'nta y'nta V. S. tem cubidal para y'nta e arguente de v'ozes,
e o de d'avidio de om'ntes: quem l'nta no papel q'nta d'avidio de v'ozes m'ntes bono, e tempo
tem formado em V. S. p'nta de d'avidio regulary e d'avidio y'nta. D'avidio de d'avidio he q' m'
de d'avidio V. S. em d'avidio, may quando d'avidio v'ozes graduam em m'ntes y'nta,

D'avidio l'ntes podera habitar por si, falando de v'ozes e d'avidio q'
tem na Europa, e a ella parlancessy em m'ntes h'ntes. Em d'avidio toda via podera d'avidio
bitir m'ntes, e d'avidio y'nta e d'avidio d'avidio. V. S. tem l'ntes y'nta y'nta
v'ozes; por m'ntes a m'ntes de d'avidio he prop'ietas a d'avidio may de y'nta d'avidio. Os h'ntes
p'nta a sua h'nta he v'ozes y'nta; ap'ntes v'ozes de v'ozes. V. S. f'ctio de d'avidio animo, e l'ntes n'ntes
com q' d'avidio y'nta y'nta, e m'ntes v'ozes. D'avidio he q' y'nta v'ozes y'nta y'nta
v'ozes, e d'avidio v'ozes y'nta, may d'avidio. E d'avidio, e q' não he? D'avidio d'avidio: d'avidio
a m'ntes a m'ntes de gloria q' de d'avidio y'nta y'nta, e a y'nta de d'avidio d'avidio
d'avidio d'avidio: d'avidio f'ctio em todo q' d'avidio. a m'ntes como f'ctio. D'avidio de m'ntes f'ctio
v'ozes m'ntes p'nta d'avidio d'avidio y'nta y'nta, e q' y'nta obrija' em q' V. S. may não
he p'nta de y'nta v'ozes nom d'avidio, nam d'avidio. D'avidio de d'avidio de 1792
De d'avidio
May a p'nta em d'avidio V. S. Cr.



Anexo II

BPE – Biblioteca Pública de Évora
COD CXXVIII/ 2-10, fls. 38-43Correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas
Carta ao Visconde da Lourinhã (Beja, Maio de 1792) [cópia]

[fl.38] Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor General/ e Governador desta Provincia o Senhor Visconde da/ Lourinhã// Diário/ Do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa/ Cidade de Beja de dois annos a esta parte desde maio de 1790.// Diggerido/ pelo Bispo da mesma Diocese no que o interessa// Imputrei da Rainha Nossa Senhora o muro antigo para a/ obra da Sé pelos motivos que constaõ do Decreto da Mesma Senhora, expedi/do a 15 de Maio do anno de 90, como se ve das forças delle incluídas na Provi/zaõ da Junta dos três Estados passada aos 27 do mesmo mez, e anno regist/ada na Thesouraria Geral das Tropas do Sul a 2 de Julho seguinte e vai/ com este Diário. Voltou deste modo para a Igreja o material que como Dinheiro/ dela se havia empregado na construção, pondo as Paroquias da dita Cidade/ huma quota por dez annos offerecida a El Rey Dom Affonso Terceiro, e consta/ do Alvará do mesmo Soberano.// A sobredita Provizam entreguei eu/ ao Juiz de Fora, o qual a apresentou em Camera, e actualmente o confessaõ os doiz/ Vereadores que entãõ eraõ, e se achaõ vivos nesta Cidade. Não foi registada.// Correo o tempo, e começando o Mestre da/ obra (aqui mal recebido pela indiggestaõ com que mal se recebem couzas/ boas) a fazer tirar algumas pedras da muralha distantissima do Castello nos/ princípios de Março próximo [sic.] paçado, logo entrou alguma fermentaçãõ; e/ pessoa houve (alliada destes Delatores falsos) que na minha face me poz/ com ironia, o para que era demolir a muralha. Passado o dia 19 do mesmo/ mez de Março, vieraõ dizer ao Mestre da Obra que fosse ao Castello buscar humas/ pedras que estavaõ no chao [sic.]. Creio que tal couza vincularaõ os interessados em que/ ellas dali se tirassem para ficar o chaõ desembaraçado afim de semear alcaça/ ou o que fosse. O Mestre os foi buscar e constando-me da couza, immediatamente/ determinei que no Castello se não tocasse e assim se tem observado absolutamente/ athe este instante e he notório, e o tem sido.// Aquellas pedras pois saõ/ onze de palmo e quatro em grosso, e de quatro athe sinco palmos de alto./ Saõ quebradas por serem as que ferio hum violento raio há mais de 3. annos/ e outras porque ao cahirem chocaraõ com as de baixo, vindo de mais de duzentos/ palmos de alto. Desabaraõ da Torre de Homenagem./ [fl. 38 v^o] Jaziaõ em hum quintalaõ debaixo da Cortina do que chamaõ Caza/ do Governador, que hoje saõ paredinhas sem forma: e porque não havia modo de se tira/rem fez se huma rotura na porta que se achava tapada de pedra e barro e já tinha/ roco [sic.] por onde entravaõ rapazes; e vieraõ saindo pelo arco que he escancarado o que mos/tra o Dezenho que vai com este Diário.// Não se há tocado athe agora, nem/ disposto, nem ainda sonhado tocar no Castello. He facto notório: mas antes eu em/ quantas conversações pude há mais de hum anno, explicava que parta decoro da Cidade se haviaõ [de] conservar as três Portas Romanas que mandei debuxar e as mostrava frequen/temente em bem assistidos Concertos: acrescentava eu que se haviaõ de dezentulhar pa/ra fazerem a Corte às Torres que vaõ em linha athe ao Castello. Se hé que hoje po/dem entender-se imaginaçãõ de gosto três torres negras que saõ corpos levantados pa/ra defesa, e arremesso de pedras nos combates rudes dos antigos. Vossa Excelência he muito/ Sábio e muito polido para accrescentar ou emendar o meo spirito. Deixado o fasti/dioso reparo destas gentes as pedras em questaõ eraõ inúteis e estavaõ debaixo da clau/sula: muralha antiga na forma do Decreto de Sua Magestade, achando-se derru/badas e sem préstimo.// Ora estes amigos podiaõ vir significar-me o seo zelo:/ seria huma estimável Cevillidade [sic.]. Vivem habituados com migo: eu não quizera que/ para abuzos: tenho quotidiano e fácil abordo para quantas impertinências Ay occur/rem e agora bem mostraõ a sua má fé neste clandestino porte; mas querem trocados/ e levar a couza adiante, e mais acima para seos intereces futuros que eu muito/ bem

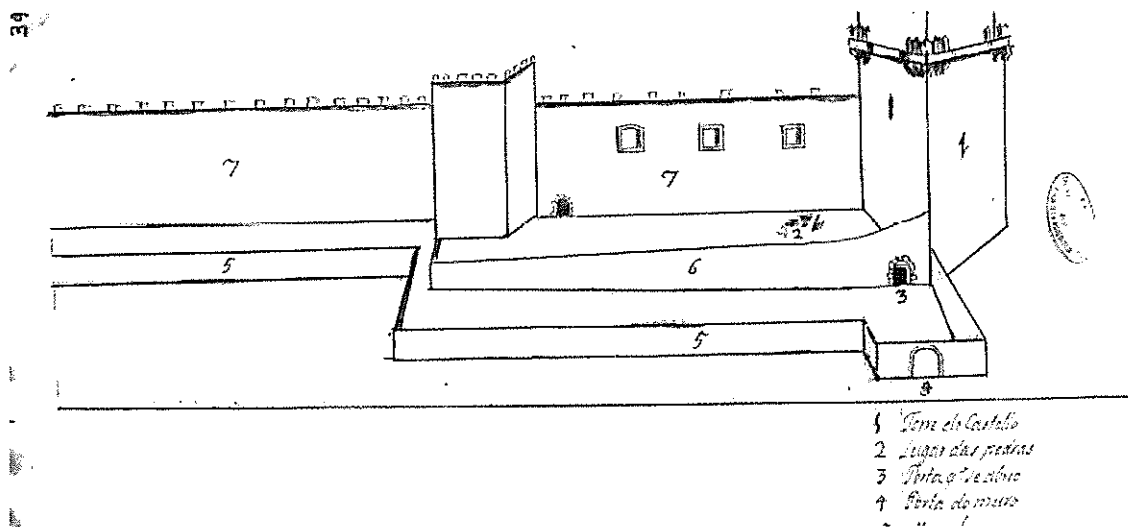
vejo de antemaõ, pois este he o espirito das aturadas e ventosas moléstias, com/ que me tem brindado estes meos Autores há quinze annos. Elles são miseráveis/ pois são de facil respeito as Cazas das suas conferencias; nem acabaõ de ver que todo o/ Mundo vai aqui buscar pedras onde as acha.// Estando a couza assim posto que ahinda/ occulta, começou a devaçar-se por Solemnidade Pascoal. Veio o Capitaõ Mor no/ Domingo V do corrente dizer-me que delle de queixavaõ pessoas de maior porque consentia isto e aquilloutro, a que eu respondi: que no Castello se não havia bóldo: que/ para o mais havia huma Provizaõ Regia, e querendo mostrar-lha recuzou, e mostrou/ ficar satisfeito.// Ao outro dia Segunda Feira 9 soaraõ estas vozes com grande/ bolicio pela Cidade. 1ª que hum fulano havia dado parte a Vossa Excelência e que era/ conta mais antiga (que não podia exceder dos fins de Março pois entaõ he que o/ Mestre fes vir as pedras do Castello): que hiria ao Príncipe. 2ª que outro fulano também dera conta ou dava: que este nessa mesma Segunda Feira havia expedido o Próprio a Vossa Excelência: e que em remate havia elle mesmo andado por caza/ dos Veriadores [*sic.*] instando-os para que me vissem fazer huma Falta. 3ª que outro fulano publicava que se havia dado conta, e que se entendia que este/ terceiro individuo era Cooperador da mesma conta; e eu *Excelentissimo* Senhor posto em/ [fls. 39-42] [fl. 43] almoeda por estes meos delicados Diocesanos! Donde concluiroõ os oppositores da/ Commissão Providentíssima de Vossa Excelência para as prizões passadas, em que eu patrocinei/ a Justiça: *que tal era a paga que o diabo dava a quem o servia*, e assim o andaõ/ publicando.// Entalado eu nesta gritaria achei me em Quarta Feira onze do corrente com o Senado da Camera em Minha caza a tratar esta dependencia. Expliquei/ o assumpto: ouviraõ a Provizaõ: mandei lha: registaraõ-na, e ontem ficou em meo/ poder.// Pouco antes de eu a receber veio falar-me o Capitaõ/ Mor, e conclui-lhe que tudo eraõ despropósitos, e a conta falsa calumniadora, e ma/licitosa. Se tiveraõ por objecto alguma prevençaõ para o futuro, nem havia funda/mento para temor, nem aqueles eraõ os termos da gente que vive civilizada. Po/rem eu nem examino, nem me importaõ os Conloyos.// Neste mesmo tempo recebi a Carta de Vossa Excelência, e nela as expreções ma/is honradoras, mais carinhosas, e que são hum novo laço que me apertará perpetua/mente ao Serviço e fidelíssima amizade de Vossa Excelência. Li as expreções da conta do/ official engenheiro: a sua fraze he a mesma identica que eu ouvi quando se pretendeo embarcar a demoliçaõ da chamada Porta Nova que Vossa Excelência taõ justa/ e necessariamente mandou derribar aqui em Julho de 87. Meo Senhor *Excellentissimo* o/ Castello he nada: os muros são de pedra sobreposta sem liga que preste. Ali há/ portas cravadas na terra athe ao meio: há huma que tem porta de fechadura: Ou/tra na torre da homenagem: Outra no Calabouço. Affonso Terceiro que fes o Castel/lo nem para espancar os Mouros de entaõ hoje delle se serviria; mas não devo ser/ modesto sobre alheias profiçoes. O Conserto das peças de bom calibre decide se de que/ o Senhor *Dom* António de Almeida querendo sabe lo mandou palpar duas, e com pouca/ polvora se estacellaraõ, como ainda mostraõ os pedaços que por ahi se achaõ espa/lhados: mas fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle *quando/* era alguma couza para seos dias, ja que se não compensa com outro género de La/draõ. A Torre de Vigia recomendo eu a todos os estrangeiros e Nacionais com seos/ motivos. Mandeí já tapar a porta do quintalão. Vence a tudo isto a satisfaçaõ/ de que esta dependencia comigo tenhamos cahido nas maos de hum Superior que/ desde muitos annos me há necessitado a ama llo com todo o respeito possivel.// Bispo de Beja.//

Anexo II (figura)

BPE – Biblioteca Pública de Évora

COD CXXVIII/ 2-10, [fl. 39]

Correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas

*Carta ao Visconde da Lourinhã (Beja, Maio de 1792) [cópia]**Detalhe do desenho das muralhas de Beja e a indicação dos vestígios romanos.*

(Reprodução cedida pela BPE para efeitos de publicação. Direitos reservados)